

**Relatório de Administração**  
**Exercício encerrado em 30 de junho de 2016**  
**Fundo de Investimento Imobiliário Via Parque Shopping - FII**

## **I. Objeto do Fundo**

O Fundo tem por objetivo captar recursos para investimento no empreendimento imobiliário Via Parque Shopping situado à Avenida Ayrton Senna, nº 3000 – Rio de Janeiro - RJ, e para tanto poderá: adquirir áreas brutas locáveis (ABL) já construídas, em fase de construção e a construir no mencionado Shopping, investir na ampliação do empreendimento, construir outras unidades imobiliárias no Via Parque Shopping, adquirir terrenos, unidades imobiliárias e direitos vinculados a esses bens no Via Parque Shopping, adquirir terrenos, unidades imobiliárias e direito vinculados a esses bens em local adjacente ao Via Parque Shopping com finalidade de ampliar dito empreendimento, vender, prometer vender, incorporar e arrendar os referidos bens.

## **II. Conjuntura Econômica e Perspectivas**

Finalizado o primeiro semestre de 2016, pudemos observar uma série de acontecimentos que marcaram os rumos do país nas mais variadas frentes, sendo que boa parte destes fatos ainda se alongará pelo restante do ano, até porque o mercado como um todo não costuma aguardar a consumação dos fatos para se movimentar. Os principais temas discutidos durante o semestre seguem focados nas áreas política e econômica, bem como suas influências diretas na definição dos rumos do país, e como atuar de forma assertiva visando o objetivo maior de recolocar o país na rota do crescimento, com controle da inflação e retomada dos investimentos.

O clima deixado pela crise econômica e política que se agravou no último ano, levantou diversos debates sobre seus efeitos na população de forma geral, com quedas de renda, redução do nível de emprego, etc. Os ânimos pareceram acalmar (mesmo que não imediatamente) quando do afastamento da presidente para ser julgada por medidas irregulares tomadas durante seu governo. Assim, mesmo que indefinida a situação da presidente afastada, um novo governo começou a se formar, sendo sua principal missão reestruturar a sua base e balancear as demandas, não só internas do governo, como dos mais diferentes setores do cenário econômico, isso tudo imerso ainda em um período agitado onde novos casos de corrupção são descobertos a cada momento. O país permanece em recessão, no entanto, as previsões começam a melhorar ao avistar um futuro menos turbulento, onde as medidas de correção necessárias poderão ser implementadas de alguma forma. No primeiro trimestre deste ano, o Produto Interno Bruto (PIB) teve queda de 0,3%, e especialistas, responsáveis pelas estimativas do Boletim Focus emitido pelo Banco Central, estimam uma queda próxima a 3,2% para este ano, um pouco melhor que o resultado de 2015, quando o PIB fechou o ano com retração de 3,8%, o pior resultado em 25 anos. Para 2017, já existe uma projeção de crescimento próxima a 1,0%, demonstrando uma inversão nas tendências de queda do índice de produção nacional.

Com relação à inflação, depois de sofrer uma forte aceleração em 2015, tem-se observado uma tendência de redução dos valores acumulados. O IPCA (índice de medição oficial da inflação do país), que iniciou o ano acima dos 10,0% (considerando-se o intervalo de 12 meses), fechou o semestre em 8,8%, com previsão de fechamento do ano próximo a 6,5%, que seria o teto superior da meta do governo. A principal razão desta queda é o ajuste que os preços administrados sofreram no ano passado, e que elevaram a base de comparação, não cabendo



agora aumentos nas proporções observadas anteriormente. Nesta linha, o Banco Central manteve sua estratégia de juros altos durante o primeiro semestre de 2016. Assim, a taxa encerrou o semestre em 14,25% ao ano, maior patamar em quase 10 anos. Com a convergência da inflação para a meta e diante da fraca atividade econômica, no entanto, especialistas apostam na queda da taxa básica de juros até o final do ano, mesmo que muitos acreditem que, para isso, exista a necessidade de aprovação dos ajustes na economia, passando inclusive pelo congresso, e que permitam ganhos de confiança e reduções das expectativas de inflação.

No setor imobiliário, as restrições à concessão de crédito continuam a impactar o nível de atividade da indústria, que vem desacelerando nos últimos anos. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, ABECIP, o volume de empréstimos para aquisição e construção de imóveis, com recursos das cadernetas de poupança, somou, no semestre, R\$ 22,6 bilhões, o que corresponde a uma queda de 49,5% na comparação com o mesmo período de 2015. De maneira geral, com a situação econômica atual, o número de lançamentos e vendas caiu significativamente, impactando assim os valores dos imóveis para venda, como também os preços para locação.

No caso específico do mercado de Fundos Imobiliários é necessário ressaltar os diferentes momentos pelo qual a indústria passou desde o final do ano passado, quando as cotas dos Fundos foram fortemente influenciadas por um evento extraordinário relacionado à possível revogação do incentivo tributário concedido aos Fundos Imobiliários em relação à isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos distribuídos para pessoas físicas. Passada esta turbulência, principalmente pelo fato de a Medida Provisória não ter avançado da forma como se propunha, iniciou-se um movimento forte de retomada dos valores, sendo que, até março, o IFIX (Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários, semelhante ao Ibovespa para a Bolsa de Valores) acumulava uma alta no ano de 5,4%, acima inclusive do CDI do período (3,3%). No entanto, ao se observar a janela desde a queda do final do ano, notar-se-á que, boa parte do desempenho dos fundos até então apenas refletia a perda que sofreram anteriormente, efeito este que não estaria explícito ao analisar apenas a valorização acumulada do IFIX no ano. A partir daí, com o fechamento da curva de juros futura e melhora das percepções de risco do produto frente às outras modalidades, as cotas se valorizaram ainda mais sendo que o índice atingiu ao final de junho o valor acumulado de 16,3%, considerando-se inclusive os rendimentos pagos durante o semestre.

Por fim, e diante deste novo cenário do mercado, continuamos a acreditar que o investidor de Fundos Imobiliários deve entender o produto como um investimento de longo prazo e que envolve riscos, além de estar suscetível a oscilações ao longo do tempo. Tão importante quanto atentar-se à expectativa da taxa de juros no longo prazo, é fundamental ao investidor que analise a carteira de cada Fundo, riscos atrelados e desempenho operacional destes, sendo que com isso, provavelmente encontrará boas oportunidades de investimento no mercado, e obtendo um retorno satisfatório para seus investimentos no produto.

### **III. Negócios Realizados no Semestre**

Não foram realizados novos projetos/negócios no semestre.

### **IV. Programa de Investimento**

Não há, até o momento, novos investimentos programados e aprovados para o 2º semestre de 2016.

#### V. Emissão de Cotas

O patrimônio líquido do Fundo é composto por 2.584.398 cotas, totalmente integralizadas.

Não houve emissão de cotas no período.

#### VI. Laudo de Avaliação

O empreendimento que compõe a carteira do Fundo está avaliado em R\$ 459.477.000 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e sete mil reais), conforme laudo de avaliação realizado em 2015.

#### VII. Resultados

Conforme política de distribuição de rendimentos do regulamento do Fundo, o mesmo deverá efetuar a distribuição de no mínimo 95% dos lucros auferidos segundo regime de caixa.

No primeiro semestre de 2016 foram distribuídos R\$ 13.700.000 (treze milhões e setecentos mil reais) de rendimentos aos cotistas.

#### VIII. Valor patrimonial da cota e Rentabilidade

A tabela a seguir apresenta a evolução do valor patrimonial da cota, assim como a rentabilidade apurada no período:

Data	Patrimônio Líquido (R\$)	N.º de cotas	Valor patrimonial da cota (R\$)	Varição patrimonial da cota (%)	Rentabilidade (%)
<b>31.12.14</b>	544.622.559	2.584.398	210,7348	(4,1161)	-1,356%
<b>30.06.15</b>	545.602.201	2.584.398	211,1138	0,1799	2,407%
<b>31.12.15</b>	470.030.686	2.584.398	181,8724	(13,8510)	-11,786%
<b>30.06.16</b>	470.481.509	2.584.398	182,0468	0,0959	2,954%

#### IX. Relação de encargos do fundo\*

EXERCÍCIO	2015		2014	
PL Médio	532.841		510.115	
	R\$ (Mil)	%	R\$ (Mil)	%
Despesas com Manutenção e Conservação	12.520	2,35	10.721	2,10
Despesas Condomínio	4.060	0,76	2.765	0,54
Despesas Taxa Administração	522	0,10	448	0,09
Despesas Serviços de Terceiros	865	0,16	816	0,16
Despesas Administrativas	105	0,02	108	0,02

Despesas Tributárias	44	0,01	54	0,01
<b>Total</b>	<b>18.116</b>	<b>3,40</b>	<b>14.912</b>	<b>2,92</b>

\*relação dos encargos debitados ao fundo em cada um dos 2 (dois) últimos exercícios auditados

#### **X. Obrigações contraídas no período (R\$):**

Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda	Tx Administração	44.669
JJ Chaves Contadores	Contabilidade	5.483
Bichara, Barata, Costa & Rocha Adv	Serviços	128.605
Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda	Consultoria	12.000

#### **XI. Agradecimentos**

Agradecemos aos Senhores Cotistas a preferência e a credibilidade depositada em nossa instituição, colocando-nos ao inteiro dispor para eventuais esclarecimentos.

São Paulo, 30 de junho de 2016.

Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

Diretor Responsável: Paulo André Porto Bilyk

Contador responsável: João Delfino Serres Chaves (CRC:1RS015022/O-3 "S" SP)

**Demonstração semestral do resultado Contábil/Financeiro, em 30 de Junho de 2016**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO CALCULADO COMBASE NO ANEXO II DO MEMO/CVM/SIN/SNC/Nº 1/2015	RESULTADO CONTÁBIL 1º SEMESTRE 2016	RESULTADO FINANCEIRO 1º SEMESTRE 2016
Ativos Imobiliários	R\$	R\$

**Propriedades para investimento:**

(+) Receitas de aluguéis das propriedades para investimento	21.893.483,42	22.541.069,94
(+) Receitas de direitos de uso - res-sperata	143.258,61	143.258,61
(-) Despesas com manutenção e conservação das propriedades para investimento	(982.735,76)	(1.000.765,31)
(+) Outras receitas das propriedades para investimento	122.913,76	122.913,76
(-) Outras despesas das propriedades para investimento	(7.179.059,39)	(7.753.795,21)
<b>Resultado líquido de imóveis para renda</b>	<b>13.997.860,64</b>	<b>14.052.681,79</b>

**Resultado líquido dos ativos imobiliários**
**13.997.860,64      14.052.681,79**
**Recursos mantidos para as necessidades de liquidez**

(+) Receitas de juros de aplicações financeiras	189.957,31	189.957,31
(+/-) Outras receitas/despesas de aplicações financeiras	224.685,34	224.441,58
<b>Resultado líquido dos recursos mantidos para as necessidades de liquidez</b>	<b>414.642,65</b>	<b>414.398,89</b>

**Resultado líquido com instrumentos financeiros derivativos**
**Outras receitas/despesas**

(-) Taxa de administração	(268.016,82)	(268.017,12)
(-) Consultoria especializada de que trata o art. 31, II, ICVM 472	(72.000,00)	(72.000,00)
(-) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em defesa dos interesses DO FII(JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL)	(81.826,02)	(81.826,02)
(-) Auditoria independente	(37.423,85)	(37.423,85)
(-) Honorários contabilidade	(32.900,58)	(32.900,58)
(-) Honorários pessoas jurídicas - outros serviços prestados	(21.584,05)	(21.584,05)
(-) Escrituração de cotas	(16.211,84)	(16.211,84)
(-) Taxa de fiscalização da CVM	(27.598,84)	(27.598,84)
(-) Registro para negociação em mercado organizado de valores mobiliários - BOVESPA	(7.944,79)	(7.944,79)
(-) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais (incluindo a CVM)	(25.231,31)	(25.231,31)
(-) Despesas administrativas	(47.013,10)	(47.013,10)
(+/-) Receitas/Despesas financeiras comerciais	1.128,60	1.128,60
(+/-) Outras receitas/despesas	98.174,08	99.787,11
<b>Total de outras receitas/despesas</b>	<b>(538.448,52)</b>	<b>(536.835,79)</b>

**Resultado contábil/financeiro líquido**
**13.874.054,77      13.930.244,89**
**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

Aquisição de bens de uso	(320.305,82)
Aquisições de propriedades para investimentos	(1.914.234,90)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(2.234.540,72)</b>

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

Adiantamentos de aluguéis	(49.357,96)
Pagamento de distribuição de resultados	(13.661.563,84)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(13.710.921,80)</b>

**AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**
**(2.015.217,63)**
**CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - INÍCIO DO PERÍODO**
**4.475.019,57**
**CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - FINAL DO PERÍODO**
**2.459.801,94**